

João Batista Costa Saraiva

Onde atua: Juizado Regional da Infância e Juventude de Santo Ângelo.

Ano em que ingressou no Judiciário: como Juiz em 1986, como Pretor em 1984.

Comarcas onde atuou: Lajeado (Pretor entre 1984/1986), Carlos Barbosa (Promotor em 1986), Taquara, Tapera, Tapes, Ijuí, Porto Alegre e Santo Ângelo.

Recordações que traz das Comarcas: Estou em Santo Ângelo há mais de 18 anos, por descenso, voltei para o Interior depois de quase três anos em Porto Alegre. Agora estou indo para Porto Alegre de novo. Assim, em Santo Ângelo está mais de 55% de minha carreira, mas guardo recordações maravilhosas de todas as Comarcas por onde passei, em especial na articulação com a comunidade. Sempre fui um Juiz que procurei viver a comunidade a que servia diretamente. O lugar do Juiz, em especial em comunidades menores, enquanto um agente agregador, me parece muito especial e privilegiado, distante das ronhas político-partidárias. Posso dizer que nunca perdi o sono por uma decisão que tomei, e acho isso fundamental. Posso recordar ainda que, quando cheguei em Porto Alegre, no final de 1991, meu discurso é de que jamais voltaria a ser Juiz da Infância, pois era uma jurisdição que me fazia sofrer muito. Muito engraçado, poucos dias na Entrância Final fui procurado pelo meu querido amigo Marcel Hoppe, que estava construindo o Juizado da Infância e Juventude da Capital, em cima das novas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e ele me propôs ir para o recém criado 3º Juizado. Hesitei, mas em poucos dias estava eu lá. E estou até hoje. Na verdade, como diz o poeta, “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

Melhor da atividade de magistrado: Curto muito o que faço e gosto de ser Juiz. Agora que a aposentadoria está a bater na porta da minha vida, penso que a magistratura me fez, me construí nesse lugar. Estou Juiz, e isso te remete a um certo lugar para ver e sentir o mundo. Tantos anos neste lugar de oportuniza um aprendizado. A possibilidade de intervir positivamente na vida do outro e da sociedade, a ideia de que agimos para resolver problemas e não criá-los, resolver conflitos e não apenas processos. Aliás, resolver processos é relativamente simples, enquanto ciência. Resolver conflitos é muito mais complexo e está muito na raiz da jurisdição da infância e juventude, por exemplo, à qual me dedico com quase exclusividade há cerca de 20 anos.

Que outra atividade fora do Direito gosta ou gostaria de desenvolver? Olha, eu gosto da vida, das pessoas. Assim, há muita coisa pra fazer, mas com certeza me identifico muito com a atividade do magistério. Gosto do espaço da sala de aula, do convívio com os jovens, com a possibilidade de contribuir na formação dessas



peças, de compartilhar informações e experiências. Sabe, nesse espaço há uma troca que não tem precedentes, entre professor e aluno, onde um aprende com o outro. Todo dia a gente aprende. Acho que, com certeza, o magistério é o espaço que me realiza muito além da magistratura. Quando eu era adolescente queria ser piloto. Passei em alguns testes para a Academia da Aeronáutica, mas fui reprovado nos exames de acuidade visual. Até hoje uso óculos. A Força Aérea se livrou de um piloto e estou aqui. Feliz.

O que é preciso mudar no Judiciário? Olha, o mundo se transforma a cada dia. Odeio aquela expressão “no meu tempo isso não era assim”, porque o meu tempo sempre é o agora. Acho que o Judiciário tem de acompanhar o seu tempo, incorporando as novas tecnologias e, especialmente com Juízes capazes de perceber o sentimento de seu jurisdicionado, apto a conviver com as dores da sociedade, sem preconceitos, seja com pobres, seja com ricos. Todo o preconceito é odioso. Espero um Poder Judiciário que conheça seu povo, saiba traduzir, na construção cotidiana de seu dever de fazer a Justiça, o mais próximo possível daquilo que é o justo. É muito difícil definir o justo. Enquanto a injustiça todos sentimos ou deveríamos sentir, nem sempre se faz fácil identificar o justo. Creio que precisamos de Juízes humanos, com boa formação, com vida, onde o conhecimento jurídico, indispensável para o exercício da profissão, seja mais um atributo de sua formação, mas não o único. Juiz que não ouve música, não vai a teatro, não lê poesia, não vê cinema, não anda na rua, não sente cheiro da vida, pode ficar muito distante da realidade. Juiz que não conhece o presídio para onde manda seu preso, que não conhece a FASE, que não sabe o que é a fila do SUS, senão uma mera imagem distante, e que sabe tudo sobre dogmática jurídica, pode ser um bom técnico, mas seguramente não será um Juiz.